Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 3º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

---

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia Docas do Ceará – CDC é uma empresa pública, de capital autorizado, constituída através da Resolução CNPVN nº 182.1, de 25/03/1965, nos termos da Lei n. º 4.213, de 14/02/1963 e do Decreto nº 54.046, de 23/07/1964, com a missão de promover o desenvolvimento sócio-econômico da região de sua influência, e em particular do Estado do Ceará, por meio do exercício da função de autoridade portuária e pela promoção das facilidades portuárias para as exportações e importações e o transporte marítimo de cabotagem de mercadorias e turismo. O Governo Federal detém o controle acionário da sociedade com participação de **99,93%** do capital votante.

A CDC é vinculada ao Ministério da Infraestrutura, sendo o Porto de Fortaleza um dos terminais marítimos mais importantes e estratégicos do País. Sua localização privilegiada à Rua Vicente de Castro, 5601, Cais do Porto (na enseada do Mucuripe, em Fortaleza, Ceará), o mantém em proximidade com os mercados da América do Norte e Europa, permitindo o atendimento a empresas de navegação com linhas regulares destinadas a portos dos Estados Unidos, Canadá, América Central, Europa, África e países do Mercosul, além de itinerários para os demais portos brasileiros através da navegação de cabotagem.

Sua área de influência abrange os estados do Ceará, Piauí, Maranhão, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Paraíba, estendendo-se também às regiões Norte, Centro-Oeste e ao Vale do São Francisco. No Porto de Fortaleza encontra-se um dos maiores polos trigueiros do país e uma infraestrutura versátil que permite a movimentação de diferentes tipos de mercadorias, divididos em granéis sólidos (grãos, cereais, etc), granéis líquidos (derivados de petróleo), carga geral solta e conteinerizada, castanha de caju, cera de carnaúba, metal, tecidos, frutas, trigo, malte, lubrificantes, combustíveis e derivados de petróleo estão entre os principais produtos movimentados pelo Porto.

Em seguida, alguns indicadores do 3º trimestre de 2021, comparados com os indicadores do 3º trimestre de 2020.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

INDICADORES DE EFETIVIDADE				
INDICADOR	UNID/REF	30/092021	30/09/2020	VARIAÇÃO % 2021/2020
RETORNO DE CAPITAL	i/1,00	0,04	0,04	7,32%
EFICIÊNCIA OPERACIONAL	%/<60%	39,94	54,68	-26,96%
EFICIÊNCIA ADMINISTRATIVA	%/>30%	21,20	61,29	-65,41%
LIQUIDEZ CORRENTE	i/1,00	1,62	1,08	50,17%
LIQUIDEZ GERAL	i/1,00	0,30	0,15	93,75%
COMPOSIÇÃO DO ENDIVIDAMENTO	i/1,00	13,81	13,66	1,12%

Destaca-se a importante participação do Porto na economia do Estado do Ceará, contribuindo, sobretudo, com a movimentação de trigo e graneis líquidos que são distribuídos por todo o estado.

2. BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações da Companhia Docas do Ceará foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com observância às disposições contidas na legislação societária brasileira e nos pronunciamentos, orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC). Esses pronunciamentos visam à convergência das Normas Brasileiras de Contabilidade às Normas Internacionais de Contabilidade.

As demonstrações financeiras são apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos 12 (doze) meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulante.

3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

a) Caixa e Equivalentes de Caixa

Incluem os saldos de caixa, bancos/conta movimento e títulos vinculados ao mercado aberto (Aplicação Financeira), distribuídos em fundo de renda fixa – curto prazo e fundo de renda fixa – Convênios, registrados ao custo acrescidos dos rendimentos proporcionais auferidos até a data do balanço, calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. No que se refere ao fundo de renda fixa – Convênios são recursos do Governo para repasse, cuja contrapartida encontra-se registrada no Passivo Circulante.

b) Contas a Receber de Usuários

Estão incluídos os serviços faturados, mediantes as tabelas de faturamento vigentes no Porto de Fortaleza.

c) (-) Perdas Estimadas com Crédito de Liquidação Duvidosa

Não foi constituída provisão de perdas estimadas com crédito de liquidação duvidosa, em 30/09/2021, devido à impossibilidade de aferição, face à inoperância do sistema SIGEP, ocorrida desde o dia 28 de outubro de 2019, ocasionada por ataque cibernético aos sistemas operacionais da Companhia, conforme divulgação do fato, na mídia e em jornais de grande circulação. **Vide Nota Explicativa 5**.

d) Estoques

Estão avaliados pelo custo médio de aquisição e correspondem a bens em almoxarifado, como materiais de consumo e limpeza, de expediente, peças e equipamentos de informática.

e) Investimentos

Estão demonstrados tendo como base o valor de mercado da cota.

f) Imobilizado

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

Os bens móveis e imóveis, com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da depreciação, amortização e das perdas por redução ao valor recuperável, acumuladas. A depreciação é reconhecida linearmente com base na vida útil estimada, a qual foi revisada no fim desse exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

g) Intangível

O valor contábil bruto menos amortização acumulada e a redução ao valor recuperável, acumuladas.

h) Passivos

Reconhecidos no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado.

i) Benefícios a empregados

A CDC é uma das patrocinadoras do Plano Básico Previdenciário 1 - PBP1, CNPB nº 1978.0005-29, administrado pelo PORTUS – Instituto de Seguridade Social, Entidade Fechada de Previdência Complementar – EFPC, o qual está estruturado na modalidade de benefício definido. Referido plano é baseado no pagamento de contribuições mensais, em benefício dos empregados, sendo custeado na mesma proporção, pela Companhia e pelos empregados participantes do plano.

O passivo reconhecido no balanço patrimonial, referente ao plano, é o valor presente da obrigação de benefício definido na data do balanço menos o valor de mercado dos ativos do plano, ajustado: a) por ganhos e perdas atuariais; b) pelas regras de limitação do valor do ativo apurado; e c) pelos requisitos de fundamentos mínimos.

A obrigação de benefício definido é calculada por atuários independentes, partindo da utilização de método de crédito unitário projetado. O valor presente da obrigação de benefício definido é calculado mediante o desconto das saídas futuras de caixa, utilizando-se as taxas de juros que condiz com o rendimento de mercado, as quais são representadas na moeda em que os benefícios serão pagos e

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

que tenham prazos de vencimento próximos daqueles da respectiva obrigação do plano de aposentadoria.

Os ganhos e as perdas atuariais são debitados ou creditados diretamente em outros resultados abrangentes no período em que ocorreram.

As contribuições regulares compreendem os custos líquidos e são registrados no resultado do período em que são devidas.

j) Apuração dos Resultados

As receitas e as despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os saldos de caixa e equivalentes de caixa em moeda nacional estão relacionados a seguir:

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30/09/2021	31/12/2020
Caixa/Bancos	1.325	257
Aplicação - BB - Fundo de Renda Fixa	18.682	10.750
Total	**20.007**	**11.007**

Ressalta-se que dos recursos disponíveis em 30/09/2021, R$ 2.162 (mil) são recursos provenientes da União.

5. CLIENTES

CLIENTES	30/09/2021	31/12/2020
Contas a Receber de Usuários	4.741	4.104
Engemon	32	32
MDN Mineração do Nordeste	0	163
Amarena Apoio Portuário, Turismo e Reparos	9	0
JP Consultoria e Serivços Portuários EIRELI	47	0
(-) Perdas Estimadas com Crédito de liquidação Duvidosa.	-328	-328
Total	**4.501**	**3.971**

No que se refere aos Clientes, verificou-se a liquidação do saldo devedor da empresa MDN Mineração do Nordeste, ocorrida em fevereiro de 2021, bem como os registros dos Termos de Confissão de Dívida das empresas Amarena e JP Consultoria, em abril de 2021.

No que tange à constituição das Perdas Estimadas para Créditos de Liquidação Duvidosa existente, segue abaixo, sua composição:

PECLD - Provisão para perdas	
Principais Clientes	
PETROBRAS	29
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	74
OUROFÉRTIL	209
OUTROS	16
TOTAL	**328**

Conforme Nota 3.c), não foi constituída PECLD, em 30 de setembro de 2021. Entretanto, o saldo existente refere-se ao mês de dez/19, em que foi realizada a reversão de PECLD referente ao cliente Tracol, por ocasião do parcelamento do saldo devedor em aberto. Desse modo, a PECLD registrada, constituída até a data base de 30 de setembro de 2019, passou a ter saldo de R$ 328 mil, conforme demonstrativo acima.

No 3º trimestre de 2021, também, não foram realizadas as baixas de faturas incobráveis, visto que muitas delas, encontram-se em fase de negociação e de judicialização. Ressalta-se que, o valor de 209 mil, referente à empresa OUROFÉRTIL, encontra-se judicializado, por meio do processo nº 0142551-31.2018.8.06.0001, o qual tramita na 18º Vara Cível da Comarca de Fortaleza, cujo valor da causa é de R$ 244 mil, com prognóstico 2 (Possíveis chances de êxito), conforme informações fornecidas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

6. ADIANTAMENTO A EMPREGADOS

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

Contempla os valores adiantados aos empregados da CDC, conforme abaixo:

ADIANTAMENTOS A EMPREGADOS	30/09/2021	31/12/2020
Adiantamentos de Salários	15	20
Empréstimos de Férias	79	34
Adiantamentos de Férias	67	148
Adiantamento de 13º Salário	315	0
Outros	34	17
TOTAL	**510**	**219**

7. ADIANTAMENTOS A EMPRESAS

Do montante de R$ 341 (mil), R$ 81 (mil) refere-se aos pagamentos realizados diretamente aos empregados dos salários e demais verbas trabalhistas, em virtude do descumprimento de obrigações contratuais decorrentes do contrato nº 11/2017, firmado entre a Companhia Docas do Ceará e a empresa Somos Capital Humano, de modo a assegurar a satisfação do crédito dos trabalhadores e afastar possível responsabilização subsidiária trabalhista prevista na Súmula 331 do Tribunal Superior do Trabalho - TST. Os pagamentos em tela foram realizados com base no Parecer Jurídico nº36/2019, de 09/04/2019 e Resolução DIREXE nº 050/2019, de 09/04/2019.

Em complemento ao saldo existente na rubrica, houve uma redução de R$ 26 (mil), decorrente de um encontro de contas realizado para liquidação do saldo a pagar da nota fiscal nº 3205, da empresa WN Serviços de Vigilância Armada Ltda ME.

8. TRIBUTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária, passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, bem como por meio de ressarcimento ou de simples dedução. São créditos tributários

decorrentes de IR s/ aplicações financeiras, retenções s/ serviços prestados, créditos extemporâneos e saldos negativos formados em períodos diversos. Segue a discriminação:

TRIBUTOS A RECUPERAR	30/09/2021	31/12/2020
IRPJ retida na fonte	688	-
IR retido na fonte	26	-
CSLL retida na fonte	143	-
Saldo Negativo IRPJ 2020 - Ano-calendário 2019	848	828
Saldo Negativo CSLL 2020 – Ano-calendário 2019	171	167
Saldo Negativo IRPJ 2021 - Ano-calendário 2020	914	884
Saldo Negativo CSLL 2021 – Ano-calendário 2020	180	174
DARFs indevidos ou a maior	0	0
Créditos Extemporâneos - PIS	103	788
Créditos Extemporâneos - COFINS	408	2.886
Atualização Créditos (PIS e COFINS)	34	381
Total	**3.515**	**6.108**

Os valores demonstrados como créditos extemporâneos de PIS e COFINS são referentes aos saldos remanescentes de créditos de PIS e COFINS, levantados sobre insumos.

9. REALIZÁVEL A LONGO PRAZO

a) Depósitos Judiciais

DEPÓSITOS E CAUÇÕES JUDICIAIS	30/09/2021	31/12/2020
Trabalhistas Recursais	549	442
Trabalhistas Bloqueados	83	140
Total	**633**	**581**

Trata-se de depósitos judiciais provenientes, na grande maioria, de Reclamações Trabalhistas. No que tange aos depósitos trabalhistas recursais, no 3º trimestre de 2021, houve pagamentos de depósitos provenientes de três reclamações trabalhistas, que totalizaram R$ 55 (mil). Em contrapartida, houve o levantamento pela CDC do montante de R$ 30 (mil).

b) **Clientes**

CLIENTES - LONGO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Processo N.0822859-81.2019.4.05.8100 -IPEM	707	-
Total	**707**	-

No 1º trimestre de 2021, foi registrado o montante de R$ 707 (mil), refente ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, que trata de uma Ação Ordinária de Cobrança, proposta pela CDC, em face do INSTITUTO DE PESOS E MEDIDAS DE FORTALEZA - IPEM, cuja pretensão consistiu na obtenção de valores referentes às taxas de Aforamento, decorrentes do uso de área da CDC, objeto de convênio firmado em 31/10/1996.

Referido convênio tinha como objeto a utilização, pelo IPEM, de área determinada no Porto de Fortaleza, ficando estabelecido que, este primeiro seria o responsável por todos os custos incidentes sobre a área, tais como água, luz, telefone, obrigações fiscais, tributárias, inclusive o pagamento do foro da área vergastada.

Entretanto, houve descumprimento contratual, por parte do IPEM, ao deixar de adimplir valores referentes ao ressarcimento de taxas de aforamento relativa ao objeto de utilização pelo réu.

Referida ação foi julgada procedente em 29/05/2020, tendo o Poder Judiciário condenado o IPEM, ao pagamento da quantia de, aproximadamente, R$ 89 (mil), com o acréscimo da Taxa SELIC, a título de juros e atualização monetária, a partir da data do ajuizamento da demanda, nos termos do art. 405 do Código Civil do 2002.

A CDC, em agosto de 2020, apresentou cumprimento de sentença com a devida atualização dos cálculos, perfazendo o valor de R$ 707 (mil), visto que, a ação transitou em julgado em 20 de julho de 2020 e que não houve manifestação por parte do IPEM. Após o trânsito em julgado, o juiz proferiu decisão, solicitando a expedição de precatório no referido valor.

Diante do exposto, quanto ao processo nº 0822859-81.2019.4.05.8100, a Coordenadoria Jurídica da CDC entendeu como certo o valor de R$ 707 (mil), quanto ao seu recebimento pela Companhia Docas do Ceará.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

Não houve movimentação no 3º trimestre de 2021.

c) **Ativos Fiscais Diferidos**

ATIVOS FISCAIS DIFERIDOS	30/09/2021	31/12/2020
Processo Nº 0011097-11.2007.8.06.0001	4.727	4.727
Total	**4.727**	**4.727**

O montante de R$ 4.727 (mil) foi registrado no exercício de 2020, em conformidade com o disposto no CPC 25. É proveniente de decisão judicial, constante no processo nº 0011097-11.2007.8.06.0001, o qual trata de uma Ação Ordinária de Repetição de Indébito de IPTU, referente aos imóveis matriculados sob os números 186.731-8, 461-446-1, 539.771-5 e 184.834-8, em face do Município de Fortaleza.

Conforme entendimento da Coordenadoria Jurídica da CDC, o valor registrado é certo quanto ao seu recebimento, o qual se dará por meio de precatório (Fazenda Pública Municipal), restando em discussão, apenas a atualização monetária, tendo em vista que, o cálculo que foi homologado compreendeu a atualização, apenas até março de 2016.

Não houve movimentação no 3º trimestre de 2021.

10. INVESTIMENTOS

Os investimentos foram avaliados tendo como base o valor de mercado da cota, conforme saldos abaixo:

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

INVESTIMENTOS	30/09/2021	31/12/2020
BNDES	4	4
FINOR - Banco do Nordeste	13	8
Total	**17**	**12**

11. IMOBILIZADO

O Ativo Imobilizado da CDC é composto, conforme discriminação a seguir:

IMOBILIZADO	30/09/2021	31/12/2020
Bens Móveis	15.705	15.640
Bens Imóveis	145.174	144.660
Imobilizado TMP	238.837	238.851
Obras em Andamento	0	0
Imobilizado - Convênio CVT	528	528
Imobilizado - Convênio DNIT	959	959
Imobilizado - Convênio Monitoramento	140	140
Redução ao Valor Recuperável	-5.525	-5.525
Depreciação Acumulada	-119.134	-108.199
Total	**276.684**	**287.054**

Conforme o laudo dos avaliadores independentes; referente ao exercício de 2018, foram sugeridas as taxas de depreciação para os bens do Ativo Imobilizado, considerando a sua vida útil, sendo que os eventuais efeitos advindos da utilização dessas taxas foram registrados nos sistemas de Contabilidade e Patrimônio no exercício de 2019, a saber:

	Taxa Depreciação Anual	Prazo de Vida Estimada - Anos
Edificações	4%	25
Máquinas Móveis, Aparelhos, Ferramentas e Equipamentos	10%	10
Instalações	10%	10
Biblioteca	10%	10
Veículos	20%	5
Equipamentos para Computação Eletrônica	20%	5
Instalações de Produção e Distribuição de Energia Elétrica	20%	5

Quanto à constatação da existência de indicativos para necessidade de realização do teste de *Impairment* (Perda por recuperabilidade de ativos) para o exercício de 2020, uma comissão interna foi formada, por meio da Portaria nº 37/2021, a qual emitiu relatório, em 22/03/2021, manifestando-se pela indicação de desnecessidade de realização do referido teste, *n*os ativos imobilizado e intangível constante no Balanço Patrimonial de 2020. Não houve alteração no 3º trimestre de 2021.

		QUADRO DE MOVIMENTAÇÕES						IMOBILIZADO LÍQUIDO
Descrição	Custo de Aquisição 30/06/2021	Adições	Baixas	Transferência	Depreciação 3º trim. 2021	Depreciação Acumulada	Provisão de Perda ao Valor Recuperável	30/09/2021
Edificações	14.370	0	0	0	-113	-7.532	0	6.725
Arruamentos e Áreas Pavimentadas	24.024	0	0	0	-194	-2.044	0	21.786
Cais e Anexos Fixos	60.129	0	0	0	-374	-36.806	0	22.949
Móveis e Utensílios	669	0	0	0	-3	-640	0	27
Máquinas e equip.	9.712	47	0	0	-243	-4.457	0	5.060
Equip; de Informática	1.311	0	0	0	-4	-1.244	0	64
Veículos	778	0	0	0	-7	-722	0	49
Pier Petroleiro	12.493	0	0	0	-103	-6.391	0	5.999
Moderno Sistema de Gravação de CFTV	1.311	0	0	0	-66	-469	0	776
Sistema de Gravação OCR	590	0	0	0	-30	-226	0	335
Instalações de prod. Distrib. Energia elétrica	16.451	0	0	0	-173	-10.989	0	5.290
Imobilizado TMP	238.837	0	0	0	-2486	-45.502	0	190.849
Imob.em andam.	0	0	0	0	0	0	0	0
Redução ao Valor Recuperável	-5.525	0	0	0	0	0	0	-5.525
(-)Depreciação fiscal	0	0	0	0	221	7.921	0	8.142
Outras imobilizações	20.420	200	0	0	-59	-6.403	0	14.159
Total	**395.571**	**247**	**0**	**0**	**-3.631**	**-115.503**	**0**	**276.684**

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

No que tange à depreciação, no 3º trimestre de 2021, esta totalizou R$ 3.631 (mil), sendo que R$ 2.486 (mil), referiu-se ao Ativo Imobilizado do TMP (Terminal Marítimo de Passageiros). As aquisições, no referido período, totalizaram R$ 247 (mil), referente à aquisição de 01 disjuntor tripolar extraível e de correntes para fundeio de boias de sinalização náutica.

12. INTANGÍVEL

Compreende a aquisição de *software*, contabilizado pelo seu custo de aquisição, com amortização prevista de 20% a.a e vida útil estimada de 5 anos, cujo impacto no 3º trimestre de 2021, foi R$ 51 (mil).

ATIVO INTANGÍVEL	30/09/2021	31/12/2020
Intangível	7.810	7.810
Amortização	-7.205	-7.017
Redução ao Valor Recuperável	-2	-2
Total	**604**	**791**

13. FORNECEDORES

Trata-se de fornecedores de bens e serviços para a CDC, dos quais listamos os principais:

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

FORNECEDORES	30/09/2021	31/12/2020
EBC	3	6
COMPANHIA ENERGÉTICA DO CEARÁ	737	219
INTELLSISTEMAS	119	119
CAGECE	89	81
VMI SISTEMAS	43	44
CRIART SERV. DE TERCEIRIZAÇÃO	148	0
OGMO	0	117
MFC AVALIAÇÃO E GESTÃO	0	72
DINÂMICA EMPREENDIMENTOS	0	14
WN SERVIÇOS	0	26
MAPFRE	0	19
THOMPSON SEGURANÇA	195	0
COPABO	188	0
FORNECEDORES DIVERSOS	59	66
TOTAL	**1.581**	**783**

Do saldo evidenciado em 30 de setembro de 2021, vale destacar o aumento no saldo da Companhia Energética do Ceará (ENEL), de R$ 518 (mil), justificado pelo aumento do consumo, combinado com a cobrança do Adicional Bandeira Vermelha, por ocasião da crise energética, atualmente, vivenciada no Brasil.

Em complemento, destaca-se o valor líquido de R$ 188 (mil) do fornecedor COPABO, referente à aquisição de correntes para fundeio de boias de sinalização náutica. Os valores, constantes nos fornecedores CRIART e Thompsom Segurança, referem-se à aquisição de prestação de serviços de limpeza e conservação e de vigilância patrimonial, respectivamente.

14. OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS

OBRIGAÇÕES TRABALHISTAS - CURTO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Salários a pagar	714	39
Reclamações Trabalhistas	2.102	2.071
Rescisões	4	0
Outros	27	0
TOTAL	**2.847**	**2.110**

Os valores de salários a pagar referentes à competência de setembro/2021 foram pagos no mês subsequente. O saldo de R$ 2.102 (mil), refere-se ao passivo contingentede natureza trabalhista, cujo prognóstico é de perda provável. **Vide Nota Explicativa 22.c).**

15. OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

São obrigações sociais provisionadas em função de salários e serviços prestados, principalmente, em setembro de 2021.

OBRIGAÇÕES FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS	30/09/2021	31/12/2020
Impostos a Recolher - IN 1.234/12	227	199
INSS a Recolher	358	366
FGTS a Recolher	86	132
ISS - Imposto Serviços Prestados	171	86
ISS - Imposto retido na fonte	29	34
PIS a Recolher	77	31
COFINS - Contrib. Social Lei Compl. 70/91	353	143
INSS s/ serviços tomados	54	82
Assistência Médica	-1	-1
Total	**1.354**	**1.072**

16. PORTUS - IRTS

CURTO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Portus - IRTS	630	630

LONGO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Portus - IRTS	2.212	2.551
TOTAL	**2.842**	**3.181**

A Emenda Constitucional nº 20, de 15 de dezembro de 1998, determinou a paridade contributiva entre contribuição de participantes e patrocinadoras, razão pela qual estas reconheceram, em reunião realizada em 16 de janeiro de 2002, na sede da PORTUS, os valores referentes à Reserva a Amortizar. A CDC, como uma das patrocinadoras, em 08 de setembro de 2005, confessou e reconheceu, para todos os fins de direito, o valor do compromisso individual decorrente de rateio do montante das contribuições de participantes ativos e assistidos, dívida que em agosto de 2005, perfazia o total de R$ 6.891 (mil), comprometendo-se a pagar citada dívida em 240 parcelas mensais, inclusive juros de 6% a. a mais INPC e sem existência de garantia.

17. PARCELAMENTO INSS

Refere-se ao saldo a pagar de INSS, parcela de beneficiários, relacionado às competências de novembro/16, dezembro/16 e 13º Salário, por meio de Parcelamento Simplificado Previdenciário, em 60 parcelas, junto à Receita Federal do Brasil.

PARCELAMENTO INSS -CURTO	30/09/2021	31/12/2020
Parcelamento -INSS	40	56

PARCELAMENTO INSS -LONGO	30/09/2021	31/12/2020
Parcelamento -INSS	0	34
TOTAL	**40**	**90**

18. PORTUS PASSIVO ATUARIAL

A CDC firmou em 22 de novembro de 1979, convênio de adesão junto ao PORTUS, a fim de se tornar patrocinadora do Plano de Benefícios Previdenciários PORTUS 1 – PBP1, administrado pela referida entidade. Este foi estruturado na modalidade de Benefício Definido e foi instituído pela extinta PORTOBRÁS. Já era multipatrocinado por empresas, na grande maioria, de origem pública.

O PBP1 encontra-se fechado para novas adesões, desde 11 de maio de 2010, bem como vem atravessando uma situação de grave insuficiência patrimonial. Dessa forma, com a finalidade de solucionar a questão, foi ajustado entre os responsáveis pelo custeio do referido plano e a entidade administradora, a adoção de estratégia previdencial própria.

Os responsáveis pelo custeio, quais sejam as PATROCINADORAS, dentre elas a CDC e seus participantes ativos, assistidos e autopatrocinados, aprovaram a estratégia previdencial desenvolvida no intuito de viabilizar a solvência do PBP1. A Diretoria Executiva da CDC adotará as providências necessárias para promover a cisão do plano da CDC, no que tange à sua participação no PORTUS.

18.a) PORTUS – TERMO DE COMPROMISSO FINANCEIRO

Na melhor forma do direito, as partes celebraram Termo de Compromisso Financeiro, o qual foi pautado na metodologia de cálculo constante da estratégia previdencial, desenvolvida para buscar a

solvência do PBP1. A CDC assumiu a responsabilidade de arcar com o valor de R$ 24.670 (mil), apurado em 31 de dezembro de 2019, referente aos valores devidos por esta ao PBP1, a título de contrapartida à redução de direitos decorrentes da alteração regulamentar, sendo esse valor quitado de forma parcelada, segundo critérios adotados no próprio termo.

Entretanto, o referido Termo de Compromisso Financeiro, foi assinado, somente em junho/2020, ocasião que o valor atualizado alcançou o montante de R$ 25.347(mil) que, conforme estabelecido no próprio termo, deverá ser liquidado em 180 (cento e oitenta) parcelas fixas mensais e sucessivas, calculadas segundo o sistema Price de amortização, incorporando a taxa de juros mensal, equivalente à taxa anual de 4,81%, definida na estratégia previdencial e, acrescidas da variação mensal do Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) sobre o saldo devedor.

Destaca-se que, o valor devido não inclui a contrapartida da contribuição extraordinária estabelecida no Plano de Custeio, que respeita a proporção contributiva.

O saldo devedor, em setembro/2021, encontra-se evidenciado a seguir:

CURTO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	1.458	1.312

LONGO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Portus - Termo de Compromisso Financeiro	25.393	24.696
TOTAL	**26.851**	**26.008**

18.b) PROVISÃO DO DÉFICIT ATUARIAL

Foi efetuado o reconhecimento contábil, no que se refere ao déficit atuarial do plano de benefício definido PBP1, com base em relatório atuarial e em atendimento ao CPC 33 (R1) – benefício a empregados, por ocasião da assinatura do Termo de Compromisso Financeiro, conforme evidenciado em Eventos Subsequentes, nas Demonstrações Contábeis do exercício de 2019:

"Em face do exposto e levando em consideração que o Termo de Compromisso Financeiro ainda não teve suas condicionantes analisadas pelo Portus para posterior assinatura e encaminhamento para o Ministério da Infraestrutura, a SEST e a PREVIC, a CDC aguardará os trâmites para, tendo em mãos o documento hábil suporte, efetuar os registros contábeis devidos"

Para o 3º trimestre de 2021, o estudo atuarial do plano, realizado pela empresa Rodarte Nogueira-consultoria e estatística e atuária, por meio da entrega do Relatório RN/CDC 004/2021, apresentou déficit de R$ 45.720 (mil).

A. Conciliação da obrigação de benefício definido	Projeção 31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21	1 jan 21_31 mar 21
1. Obrigação de Benefício Definido no início do ano	**41.672.728**	**44.281.169**	**44.631.725**	**48.301.885**
2. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(11.804)	(8.600)	(7.456)	(10.276)
3. Custo dos juros	852.403	813.349	810.600	759.689
4. Contribuições de participantes do plano	11.804	8.600	7.456	10.276
5. Benefícios pagos	(1.479.400)	(1.523.883)	(1.473.579)	(1.440.738)
6. (Ganho) / perda atuarial - remensurações devido a	-	(2.189.374)	13.069	(3.281.512)
6.a. mudança de premissas (exceto tx desconto)	-	-	-	-
6.b. mudança de premissas (taxa de desconto)	-	*(2.441.777)*	*(330.181)*	*(3.418.985)*
6.c. Ajustes de experiência	-	*252.403*	*343.250*	*137.473*
6.d. Redução de Direitos (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
6.e. VA Contribuições Extraordinárias (Ativos e assistidos)	-	-	-	-
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	294.407	291.467	299.354	292.401
9. Emendas no plano	-	-	-	-
10. Reduções	-	-	-	-
11. Liquidações	-	-	-	-
12. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
13. Obrigação de Benefício Definido no final do ano	**41.340.138**	**41.672.728**	**44.281.169**	**44.631.725**
	-	-	-	-

B. Conciliação do valor justo dos ativos do Plano	Projeção 31 dez 21	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21	1 jan 21_31 mar 21
1. Valor justo dos Ativos do plano no início do ano	**(4.047.357)**	**(3.909.993)**	**(2.991.567)**	**(3.887.733)**
2. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	(570.059)	(699.821)	1.107.290
3. Contribuições do empregador - paridade (ativos e assistidos)	176.116	126.501	131.808	134.558
4. Contribuições dos participantes	11.804	8.600	7.456	10.276
5. Benefícios pagos (líquido)	(1.479.400)	(1.523.883)	(1.473.579)	(1.440.738)
6. Receita dos juros	(82.057)	(74.947)	(56.679)	(61.264)
7. Contribuições Extraordinárias Ativos	-	-	-	-
8. Contribuições Extraordinárias Assistidos	294.407	291.467	299.354	292.401
9. Contribuições Extraordinárias Patronais - (TCF+RTSA)	912.162	1.381.056	639.728	627.167
10. Contribuições Extraordinárias Patronais - Paridade	270.796	223.901	233.307	226.476
11. Emendas no plano	-	-	-	-
12. Reduções	-	-	-	-
13. Liquidações	-	-	-	-
14. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
15. Valor justo dos ativos do plano no final do ano	**(3.943.529)**	**(4.047.357)**	**(3.909.993)**	**(2.991.567)**
(*) Ganho / (perda) atuarial sobre os ativos	-	-	-	-

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 3º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

C. Montantes reconhecidos na demonstração de resultados	Projeção 31/12/2021	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21	1 jan 21_31 mar 21
Montantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício				
1. Custo do serviço corrente (parte patronal)	(11.804)	(8.600)	(7.456)	(10.276)
2. Custo líquido dos juros	934.460	879.188	867.279	788.726
2.1 Custo dos juros da obrigação	852.403	813.349	810.600	759.689
2.2 Receita de juros ativos	82.057	74.947	56.679	61.264
2.3 Efeito restrição da obrigação no custo dos juros obrigação	-	(9.108)	-	(32.227)
3. Custo do serviço passado	-	-	-	-
4. Perdas (ganhos) sobre Reduções	-	-	-	-
5. Perdas (ganhos) sobre Liquidações	-	-	-	-
6. Benefícios especiais de desligamento	-	-	-	-
7. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
8. Custo do benefício pós-emprego no período	**922.656**	**870.588**	**859.823**	**778.450**
Montante reconhecido em Outros Resultados Abrangentes (ORA)				
9. Custo total reconhecido em ORA no início do ano	**8.673.682**	**9.790.099**	**9.570.999**	**11.895.074**
10. Perdas (ganhos) atuariais	-	(2.189.374)	13.069	(3.281.512)
11. Retorno sobre os ativos do plano, excluindo juros (*)	-	570.059	699.821	(1.107.290)
12. Mudança no efeito do teto de ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
13. Efeito compartilhamento de riscos	-	502.898	(493.790)	2.064.727
14. Custo total reconhecido em ORA	**8.673.682**	**8.673.682**	**9.790.099**	**9.570.999**

(*) (Ganho) / perda atuarial sobre os ativos

D. Montantes reconhecidos no balanço	Projeção 31 dez 21	30 set 21	30 jun 21	31 mar 21
1. Valor presente das obrigações fundeadas	-	-	-	-
2. Valor justo dos ativos do plano	(3.943.529)	(4.047.357)	(3.909.993)	(2.991.567)
3. Excesso de cobertura	-	-	-	-
4. Valor presente das obrigações não fundeadas	(41.340.138)	(41.672.728)	(44.281.169)	(44.631.725)
5. Custo do serviço passado não reconhecido	-	-	-	-
6. (Ganho) / perda atuarial não reconhecido	-	-	-	-
5. Ajuste do limite de ativo líquido	-	-	-	-
6. (Passivo) / Ativo líquido inicial	**(45.283.667)**	**(45.720.085)**	**(48.191.162)**	**(47.623.292)**
6.1. Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos	**26.734.123**	**26.852.710**	**26.373.003**	**26.197.151**
6.2. Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	4.186.911	4.264.439	4.527.469	4.911.099
6.3. Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias + RTSA	15.460.085	15.654.713	16.342.735	16.607.753
7 (Passivo) / Ativo líquido residual (6 + 6.1 + 6.2 + 6.3)	**1.097.452**	**1.051.777**	**(947.955)**	**92.711**
7.1. Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	**493.790**	-
7.2. Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
7.3. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
8. (Passivo) / Ativo líquido Reconhecido	**(45.283.667)**	**(45.720.085)**	**(47.697.372)**	**(47.623.292)**
Contrato Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	**26.734.123**	**26.852.710**	**26.373.003**	**26.197.151**
9. (Passivo) / Ativo líquido Adicional Reconhecido (*)	**(18.549.544)**	**(18.867.375)**	**(21.324.369)**	**(21.426.141)**

(*) Considerando que os valores dos contratos estejam registrados no balanço da empresa

-	-	-	-

E. Conciliação do ativo/(passivo) líquido:	Projeção 31/12/2021	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21	1 jan 21_31 mar 21
1. Ativo/ (Passivo) líquido no início do ano	**(45.720.085)**	**(47.697.372)**	**(47.623.292)**	**(50.157.118)**
2. Custo no período (Resultado do Exercício)	(922.656)	(870.588)	(859.823)	(778.450)
3. Ganhos / (perdas) atuariais líquidas de capital (ORA)	-	1.619.315	(712.890)	4.388.802
4. Contribuições do empregador para o plano	1.359.074	1.731.458	1.004.843	988.201
5. Benefícios pagos pelo patrocinador	-	-	-	-
6. Combinações de negócios	-	-	-	-
7. Alienações do plano	-	-	-	-
8. Ganho / perda cambial	-	-	-	-
9. Ajuste ao Teto de Ativo (Asset Ceiling)	-	-	-	-
10. Compartilhamento de Risco - Valor Reconhecido em ORA	-	(502.898)	493.790	(2.064.727)
11. Ativo/ (Passivo) Líquido no final do ano	**(45.283.667)**	**(45.720.085)**	**(47.697.372)**	**(47.623.292)**
	-	-	-	-

18.c) VALOR JUSTO DOS ATIVOS

O valor justo dos ativos do plano no período é demonstrado a seguir:

I. Valor Justo dos Ativos do Plano	30 set 21	30 jun 21	31 mar 21
1. Principais Categorias de Ativos (%)			
1.a Disponível	0,000%	0,000%	0,000%
1.b **Realizável (Prev e Adm)**	**88,221%**	**87,589%**	**87,588%**
Contribuições Contratadas	85,300%	84,601%	84,498%
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	2,921%	2,987%	3,090%
1.c Títulos Públicos	0,000%	0,000%	0,000%
1.d Créditos Privados e Depósitos	0,000%	0,000%	0,000%
1.e Ações	5,354%	5,966%	5,372%
1.f **Fundos de Investimentos**	**0,024%**	**0,013%**	**0,021%**
Renda Fixa	0,010%	0,000%	0,007%
Imobiliário	0,014%	0,013%	0,014%
1.g Investimentos Imobiliários	6,35%	6,38%	6,42%
1.h Empréstimos e Financiamentos	0,00%	0,00%	0,00%
1.i Outros - Depósitos Judiciários	0,05%	0,05%	0,60%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**
2. Principais Categorias de Ativos (montante)			
2.a Disponível	-	-	-
2.b **Realizável (Prev e Adm)**	**34.224.687**	**34.059.793**	**33.962.529**
Contribuições Contratadas	33.091.478	32.898.093	32.764.387
Outros: A receber + Dep. Judiciais + G ADM +...	1.133.209	1.161.700	1.198.142
2.C Títulos Públicos	-	-	-
2.d Créditos Privados e Depósitos	-	-	-
2.e Ações	2.077.011	2.319.871	2.082.961
2.f **Fundos de Investimentos**	**9.329**	**5.248**	**8.023**
Renda Fixa	4.064	2	2.776
Imobiliário	5.265	5.246	5.247
2.g Investimentos Imobiliários	2.462.084	2.479.941	2.490.307
2.h Empréstimos e Financiamentos	-	-	-
2.i Outros - Depósitos Judiciários	21.129	21.129	231.372
Total Ativo	**38.794.240**	**38.885.982**	**38.775.192**
(+) Ajuste Valor de Mercado	-	-	-
(-) Contribuições Contratadas	(33.091.478)	(32.898.093)	(32.764.387)
(-) Contribuições em atraso	(26.915)	(12.642)	(26.219)
(-) Uso Próprio	(119.929)	(120.936)	(121.439)
(-) Exigível Operacional	(702.063)	(988.255)	(41.600)
(-) Exigível Contingencial	(177.796)	(177.796)	(177.796)
(-) Fundo Previdencial	(7.706.331)	(7.570.097)	(7.580.481)
(-) Fundo de Investimento	-	-	-
(-) Fundo administrativo	(903.488)	(954.054)	(987.173)
Valor Justo dos Ativos (*)	**(3.933.760)**	**(3.835.891)**	**(2.923.903)**
Percentual rateio (% acordado em 12.2019)	N/A	N/A	N/A
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - inicial	**(3.933.760)**	**(3.835.891)**	**(2.923.903)**
Rentabilidade referente ao período projetado	(24.307)	(23.415)	(15.441)
Saldo Previdencial referente ao período projetado	(89.290)	(50.687)	(52.223)
Valor Justo dos Ativos vinculado à Empresa - final	**(4.047.357)**	**(3.909.993)**	**(2.991.567)**
	-	-	-

(*) A partir de Setembro/2020 (inclusive) equivale ao Ativo Justo Total da cdc após segregação.

18.d) PREMISSAS ATUARIAIS

Os resultados apresentados das obrigações atuariais foram elaborados considerando as premissas a seguir:

Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis - 3º Trimestre de 2021
(Valores expressos em milhares de reais)

F. Premissas adotadas (final do ano)	30 set 21	30 jun 21	31 mar 21
1. Taxa de desconto (nominal)	8,561%	7,672%	7,576%
2. Retorno esperado dos ativos do plano	8,561%	7,672%	7,576%
3. Taxa nominal de crescimento salarial futuro	3,50%	3,50%	3,50%
4. Reajuste nominal do benefício	**-3,50%**	**-3,50%**	**-3,50%**
5. Idade média de aposentadoria	N/A	N/A	N/A

G. Base de dados utilizada na mensuração do passivo de fim de ano	30 set 21	30 jun 21	31 mar 21
1. Data efetiva	31 dez 20	31 dez 20	31 dez 20
2. Participantes ativos (passivo principal)	8	8	8
3. Participantes Assistidos / Beneficiários em gozo de benefício	235	235	235
3.a. Aposentados	152	152	152
3.b. Pensionistas	83	83	83
4. Número total de participantes	243	243	243

H. Período de amortização	30 set 21	30 jun 21	31 mar 21
1. Média esperada de vida de trabalho restante	0,00	0,00	0,00
2. *Duration* da obrigação (utilizada para determinar a taxa de desconto)	8,20	8,20	8,20

K. Projeção do fluxo de caixa	Projeção 31/12/2021	1 jul 21_30 set 21	1 abr 21_30 jun 21	1 jan 21_31 mar 21
1. Pagamentos de benefícios esperados (Líquido)	1.479.400	1.523.883	1.473.579	1.440.738
2. Contribuições esperadas do empregador - paridade	176.116	126.501	131.808	134.558
3. Contribuições esperadas dos participantes	11.804	8.600	7.456	10.276
4. Contribuições esperadas dos Assistidos - extraordinárias	294.407	291.467	299.354	292.401
5. Contribuições esperadas do empregador - paridade (extraordinária)	270.796	223.901	233.307	226.476
6. Contribuições esperadas do empregador - TCF	912.162	1.381.056	639.728	627.167

Legenda: N/A - Não Aplicável
N/D - Não Disponível

-

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

	Análise de Sensibilidade – 30.09.2021			
	Tábua biométrica		Taxa de juros	
	Agravada em 10%	Desagravada em 10%	+ 0,25%	- 0,25%
Montante do:				
Valor presente da obrigação atuarial do plano	40.618.632	42.824.844	40.912.338	42.456.767
Valor justo dos ativos do plano	(4.047.357)	(4.047.357)	(4.047.357)	(4.047.357)
(Passivo) / Ativo líquido inicial	**(44.665.989)**	**(46.872.201)**	**(44.959.695)**	**(46.504.124)**
Passivo do Patrocinador c/ Redução de direitos (TCF)	26.852.710	26.852.710	26.852.710	26.852.710
Passivo do Patrocinador c/ contrib. Futuras (Assistidos)	4.156.572	4.382.337	4.186.627	4.344.671
Passivo do Patrocinador c/ contrib.Extraordinárias + RTSA	15.422.084	15.908.974	15.486.902	15.827.743
(Passivo) / Ativo líquido residual	**1.765.377**	**271.820**	**1.566.544**	**521.000**
Efeito compartilhamento riscos (Passivo Residual) - participantes	-	-	-	-
(Passivo) / Ativo líquido a ser reconhecido	**(44.665.989)**	**(46.872.201)**	**(44.959.695)**	**(46.504.124)**
Contrato - Reconhecimento Débitos da Empresa (TCF)	26.852.710	26.852.710	26.852.710	26.852.710
(Passivo) / Ativo líquido reconhecido (*)	**(17.813.279)**	**(20.019.491)**	**(18.106.985)**	**(19.651.414)**
Variações:				
Aumento / redução da obrigação atuarial	-2,53%	2,76%	-1,82%	1,88%
Aumento / redução dos ativos do plano	-	-	-	-
Aumento/(redução) do (Passivo)/Ativo líquido	-2,32%	2,54%	-1,68%	1,73%

(*) Considerando que o valor do contrato esteja registrado no balanço da empresa

Os valores reconhecidos no balanço patrimonial estão demonstrados a seguir:

BENEFÍCIO PÓS EMPREGO	30/09/2021	31/12/2020
PORTUS – Termo de Compromisso	1.458	1.312
PORTUS – Termo de Compromisso - LP	25.393	24.697
PORTUS – Passivo Atuarial	18.869	24.148
TOTAL	**45.720**	**50.157**

19. PROVISÕES

As provisões para férias e encargos são efetuadas proporcionalmente ao seu período de aquisição, com valores contabilizados até 30 de setembro de 2021.

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

PROVISÕES	30/09/2021	31/12/2020
Provisão de Férias	1.479	1.590
Provisão de Encargos Férias	513	543
Provisão 13º Salário	690	0
Provisão de Encargos 13º Salário	239	0
Outros	37	39
TOTAL	**2.958**	**2.172**

20. CREDORES DIVERSOS

O grupo de contas refere-se aos recebimentos de créditos provenientes de depósitos caucionados, créditos diversos recebidos de clientes, créditos originários de recebimentos de IPTU e Aforamento, em que os valores mais relevantes serão evidenciados a seguir:

CREDORES DIVERSOS	30/09/2021	31/12/2020
Depósitos Caucionados	199	198
Credores Diversos **Nota 19.a)**	1.424	1.645
Credores Diversos - IPTU **Nota 19.b)**	2.074	2.074
Credores Diversos - Aforamento	1.170	1.002
TOTAL	**4.867**	**4.919**

a) **Créditos diversos**

Do montante de R$ 1.424 (mil), R$ 971 (mil) refere-se aos valores recebidos de clientes, para posterior liquidação, por meio de notas de créditos. Em complemento, ressalta-se que, R$ 453 (mil), refere-se ao recebimento não integral de valores provenientes de contas a receber, os quais não foram baixados nos meses de recebimento e que serão liquidados quando do complemento pelos clientes. Abaixo, segue a composição.

PRINCIPAIS VALORES EM R$	30/09/2021
CMA CGM	201
PETROBRAS	37
LEILÃO PEDRAS	60
VANDERLEI	2
SAVEIROS CAMUYRANO SERV. MARÍTIMOS	14
APMAP	2
CTIS TECNOLOGIA	34
ASSO MARÍTIMA	5
BM SANTOS	2
VESTAS	14
DEEF PROD	3
CSP	2
OUTROS	77
Total	**453**

b) Credores Diversos - IPTU

O valor de R$ 2.074(mil) trata-se de IPTU recebido das empresas que possuem áreas arrendadas na Companhia Docas do Ceará, objeto, hoje, de lide jurídica junto à Prefeitura Municipal de Fortaleza.

21. CONVÊNIOS

CONVÊNIOS	30/09/2021	31/12/2020
CVT Portuário	14	14
Monitoramento Ambiental	-203	-203
TOTAL	**-189**	**-189**

Em 2015, houve o provisionamento de notas fiscais referente ao projeto básico ambiental da obra de aprofundamento do Porto de Fortaleza, objeto do Convênio de Monitoramento Ambiental. Por conta do

bloqueio judicial relativo ao processo judicial nº 351/1996, existente na conta de aplicação financeira do referido convênio, na importância de R$ 517 (mil), em 07/11/2012, a conta contábil apresenta saldo negativo.

De acordo com informações prestadas pela Coordenadoria Financeira, no que se refere ao Convênio Monitoramento Ambiental, face ao seu encerramento, o titular da referida Coordenadoria informou que emitirá uma Nota Técnica, a ser submetida à Diretoria Executiva da CDC, em que serão demonstradas as alternativas apresentadas pela área gestora do referido contrato, no sentido de regularizar os saldos existentes.

No que se refere ao Convênio CVT Portuário, informa-se que a prestação de contas foi aprovada e concluída no SIAFI e, quanto à definição da propriedade dos bens adquiridos, o titular da Coordenadoria Financeira agendará uma reunião junto ao Superintendente da Secretaria do Patrimônio da União (SPU) para tratar do assunto em questão. Diante da definição da propriedade dos bens, o referido titular elaborará uma proposta, a ser submetida à Diretoria Executiva da CDC, quanto à destinação dos saldos existentes.

22. AÇÕES JUDICIAIS

No 3º trimestre de 2021, as ações judiciais não apresentaram variação e segregadas de acordo com a respectiva natureza, cujas informações serão tratadas individualmente, conforme demonstrado a seguir:

AÇÕES JUDICIAIS - CURTO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Ações Cíveis (Estaduais) **Vide 22.a)**	34	34
Ações Federais **Vide 22.b)**	111	3
Ações Tributárias **Vide 22.b)**	514	514
TOTAL CURTO PRAZO	**659**	**551**

AÇÕES JUDICIAIS - LONGO PRAZO	30/09/2021	31/12/2020
Ações Federais **Vide 22.b)**	0	108

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

TOTAL LONGO PRAZO	**0**	**108**
GERAL	**659**	**659**

Destaca-se que os saldos refletem a posição de 30/09/2021, tendo como base de aferição, os prognósticos emitidos pela Coordenadoria Jurídica da CDC, relativos ao 3º trimestre de 2021. Os quadros a seguir demonstram o montante de ações judiciais, nas quais a empresa figura no Polo Ativo e Passivo, conforme os referidos prognósticos (1- PROVÁVEL, 2 – POSSÍVEL E 3 – REMOTA).
Ressalta-se que as devidas contabilizações foram efetuadas de acordo com o disposto na NBC TG 25 – Provisões, Passivos e Ativos Contingentes.

Pelo Princípio contábil da prudência, nas ações em que a CDC figura em polo ativo, as que possuem prognóstico 1, não foram reconhecidas nas demonstrações contábeis, sendo apenas divulgadas em Notas Explicativas, entretanto, serão reconhecidas no momento da sua realização, exceto, os valores evidenciados nas **Notas Explicativas 9.b) e 9.c).**

Nas ações em que a CDC figura em polo passivo, estas foram provisionadas de acordo com o item 14 do CPC 25, que orienta que uma provisão deverá ser reconhecida quando:
(a) a entidade tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) como resultado de evento passado;

(b) seja provável que será necessária uma saída de recursos que incorporam benefícios econômicos para liquidar a obrigação; e

(c) possa ser feita uma estimativa confiável do valor da obrigação. Se essas condições não forem satisfeitas, nenhuma provisão deve ser reconhecida.

a) AÇÕES CÍVEIS (Estaduais)

No que tange às ações judiciais de natureza cível em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de setembro de 2021. Seguem abaixo, as informações acerca das quantidades dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	11	1	5.116
	12	2	431
	39	3	3.170
TOTAL GERAL	**62**		**8.716**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	3	1	34
	2	2	30
	18	3	36.361
TOTAL GERAL	**23**		**36.424**

Do montante das ações estaduais, em que a CDC figura no polo passivo, encontra-se registrado o montante de R$ 34 (mil), cujo prognóstico de perda é provável, conforme já evidenciado.

b) AÇÕES JUDICIAIS FEDERAIS

No que tange às ações judiciais de competência da Justiça Federal, em que a Companhia figure como parte (Polo Ativo e Polo Passivo), em 30 de setembro de 2021, seguem abaixo, as informações acerca das quantidades, dos referidos montantes e prognósticos destas, de acordo com as informações prestadas pela Coordenadoria Jurídica da CDC.

CDC – POLO ATIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	9	1	5.286
	17	2	2.583
	31	3	1.060
TOTAL GERAL	**57**		**8.929**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	3	1	625
	4	2	9.316
	16	3	1.200
TOTAL GERAL	**23**		**11.141**

(*) Ressalta-se que, do montante registrado de ações em que a CDC figura no polo passivo, o valor de R$ 514 (mil) é referente ao processo judicial nº 0001098-37.2013.4.05.81000, evidenciado como Ações Tributárias. A CDC foi intimada, por meio do Mandado de Intimação nº. 0020.000604-0/2016, para resguardar quaisquer créditos em nome da empresa PACONOL, para fins de satisfação das verbas objeto da execução fiscal em trâmite perante a 20ª Vara Federal.

Na ocasião, a área de engenharia da CDC informou a existência de valores, que totalizam o respectivo montante contabilizado, a título de provisão. Com a finalidade de minimizar os impactos com o dispêndio do referido montante, o Setor Jurídico apresentou recurso em revisão aos valores cobrados, o qual, atualmente, encontra-se concluso para julgamento.

Não foi provisionado o montante aproximado de R$ 9.316 (mil), referente às ações federais cujo prognóstico foi possível e, o montante de R$ 1.200 (mil) cujo prognóstico foi considerado como de possibilidade remota de perda.

c) RECLAMAÇÕES TRABALHISTAS

No que se tange às demais Reclamações Trabalhistas em curso, em que a CDC figura em Polo Passivo, seguem as informações emitidas pela Coordenadoria Jurídica, quanto aos prognósticos e respectivos valores.

Os valores informados como Reclamações Trabalhistas, com prognóstico de perda provável encontram-se registrados no grupo de Obrigações Trabalhistas. **Vide Nota Explicativa 14.**

CDC – POLO PASSIVO (em milhares de reais)	QUANTIDADE DE AÇÕES	PROGNÓSTICO	VALOR TOTAL
	23	1	2.102
	24	2	3.890
	11	3	3.920
TOTAL GERAL	58		9.912

23. CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)

O Governo Federal, órgão controlador da sociedade por força de disposições estatutárias e legais, provê fundos para investimento no Porto e consequente aumento de Capital. Tais fundos, por sua natureza e movimentação, não apresentam características de retratabilidade.

Por orientação da Secretaria do Tesouro Nacional, o saldo existente de AFAC, em 30/04/2018, que se encontrava registrado no Passivo Circulante, no montante de R$ 52.933 (mil), foi reclassificado, conforme a seguir:

1. O montante de R$ 4.810 mil foi reclassificado para o Patrimônio Líquido;
2. O montante de R$ 48.122 mil foi reclassificado para o Passivo Não Circulante.

Ressalta-se que o saldo de R$ 8.547 mil, existente no Patrimônio Líquido a título de AFAC, é composto pela reclassificação de R$ 4.810 (mil), informada acima, bem como por R$ 3.737 (mil), que se refere aos AFACs, que foram recebidos dentro exercício de 2018.

Os valores provenientes de AFAC, que se encontram contabilizados em 30 de setembro de 2021, estão demonstrados a seguir:

CRÉDITOS PARA AUMENTO DE CAPITAL (AFAC)	30/09/2021	31/12/2020
NÃO CIRCULANTE	**55.989**	**54.619**
GOVERNO FEDERAL	55.988	54.618
GOVERNO ESTADO CEARÁ	1	1
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**8.547**	**8.547**
GOVERNO FEDERAL	8.547	8.547
GOVERNO ESTADO CEARÁ	-	-
TOTAL GERAL	**64.536**	**63.166**

Quanto ao valor registrado no Passivo Não Circulante, do montante de R$ 55.989 (mil) registrados, R$ 676 (mil) refere-se à atualização monetária, ocorrida no 3º trimestre de 2021. Destaca-se que, não houve repasses de AFACs, por parte do Governo Federal, durante o exercício.

Em 28 de setembro de 2020, a União editou o Decreto nº 10.498, em que autoriza o aumento de capital social das Companhias Docas federais. A partir de então, a CDC elaborou proposta para capitalização dos créditos contabilizados, à qual está seguindo os trâmites para aprovação, para que seja viabilizado o Aumento de Capital Social, nos termos do referido Decreto.

Em 23 de março de 2021, foi encaminhado o OFÍCIO Nº 49/2021/DIRPRE-CDC, por meio do processo nº 50900.000392/2020-93 , Sistema Eletrônico de Informações (SEI), para análise por parte da União, contendo a Decisão DIREXE nº 13/2021, Parecer do Conselho Fiscal nº 01/2021, Deliberação do Conselho de Administração nº 10/2021), Relatório do COAUD nº 02/2021, Nota Técnica - CDC Nº 6/2021/CODFIN-CDC/DIAFIN-CDC e outros anexos. (Em resposta da União, foram solicitadas, por parte da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), algumas adequações a serem efetuadas.

Em atendimento às solicitações da STN, a CODFIN elaborou a Nota Técnica n° 15, a qual alterou a Nota Técnica n° 6 do referido processo, no sentido de adequação às recomendações da Secretaria do Tesouro Nacional, no que diz respeito ao valor da ação com base no Patrimônio Líquido de

demonstrativo auditado em 31/12/2020, bem como a correção da SELIC até o dia 30/04/2021. O processo encontra-se em análise pelos órgãos competentes.

No dia 29 de setembro de 2021 foi realizada Assembleia Geral Extraordinária da CDC, em que foi deliberada a matéria, ocasião em que a União votou com base nos Pareceres da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional - PGFN e da Secretaria do Tesouro Nacional e na Nota Técnica da Secretaria de Coordenação e Govemança das Empresas Estatais, conforme Ata nº 134 da AGE, pela aprovação de Aumento de Capital Social da CDC, no montante de R$ 60.832 (mil), atualizados efetivamente até 30.04.2021, mediante a incorporação de Aporte para Futuro Aumento de Capital (AFAC), transferido pela União, nos exercicios de 2015 a 2018, além do saldo remanescente de AFAC capitalizado em junho de 2015, bem como pela fixação de prazo de 30 dias, nos termos do art. 171 da Lei n" 6.404 de 1976, para a manifestação de interesse por parte dos acionistas minoritários em exercer o direito de preferência na subscrição de ações.

O detalhamento dos AFACs, em 30 de setembro de 2021, está evidenciado a seguir, em R$ (mil):

Companhia Docas do Ceará – Ministério dos Transportes, Portos e Aviação Civil
Praça Amigos da Marinha s/n – Mucuripe – Fortaleza/CE – 60.180-422 – Fone: (85)3266-8989- www.docasdoceara.com.br

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
07/07/2015	R$ 3.075	1.810	R$ 4.885
TOTAL			R$ 4.885

VALORES RECEBIDOS ATÉ DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
03/03/2015	R$ 1.500	R$ 985	R$ 2.485
22/04/2015	R$ 500	R$ 315	R$ 815
07/05/2015	R$ 2.000	R$ 1.245	R$ 3.245
24/06/2015	R$ 1.000	R$ 596	R$ 1.596
09/07/2015	R$ 1.500	R$ 881	R$ 2.381
09/10/2015	R$ 3.000	R$ 1.602	R$ 4.602
23/11/2015	R$ 13.493	R$ 6.894	R$ 20.387
23/12/2015	R$ 3.500	R$ 1.728	R$ 5.228
23/09/2016	R$ 500	R$ 176	R$ 676
29/09/2016	R$ 4.003	R$ 1.399	R$ 5.402
23/12/2016	R$ 792	R$ 245	R$ 1.037
29/12/2016	R$ 2.485	R$ 763	R$ 3.249
TOTAL	R$ 34.273	R$ 16.829	R$ 51.102

VALORES RECEBIDOS A PARTIR DE 2017

DATA DO APORTE	VALOR PRINCIPAL	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
04/05/2017	R$ 863	0	R$ 863
26/06/2017	R$ 800	0	R$ 800
30/10/2017	R$ 397	0	R$ 397
22/12/2017	R$ 1.617	0	R$ 1.617
28/12/2017	R$ 1.132	0	R$ 1.132
09/10/2018	R$ 250	0	R$ 250
27/12/2018	R$ 2.624	0	R$ 2.624
28/12/2018	R$ 863	0	R$ 863
TOTAL	R$ 8.547	0	R$ 8.547

TOTAL DE AFAC UNIÃO	R$ 64.534

DATA DO APORTE	SALDO REMANESCENTE	CORREÇÃO	VALOR ATUALIZADO
25/09/2014	R$ 1	R$ 1	R$ 1

TOTAL DE AFAC GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ	R$ 1
TOTAL DE AFAC EM 30/09/2021	R$ 64.535

24. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital Social

O Capital Social Subscrito e Integralizado, está representado por 27.485.113.672 ações, sem valor nominal, sendo 17.948.605.801 ordinárias e 9.536.507.871 preferenciais, ambas as espécies

nominativas e de classe única e sem opção de compra. O valor do Capital Social, em 30 de setembro de 2021, encontra-se assim distribuído:

Composição Acionária

ACIONISTAS	TOTAL	PERCENTUAL	TOTAL EM R$
GOVERNO FEDERAL	27.466.893.721	99,93%	273.137.529,44
GOVERNO ESTADO CEARÁ	18.204.800	0,07%	181.033,00
PREFEITURA DE FORTALEZA	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE MARANGUAPE	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE CAUCAIA	2.986	0,00%	29,69
PREFEITURA DE CAMOCIM	3.207	0,00%	31,89
PREFEITURA DE ARACATI	2.986	0,00%	29,69
TOTAL	**27.485.113.672**	**100,00%**	**273.318.713,10**

As ações preferenciais não têm direito a voto, são inconversíveis em ações ordinárias e terão prioridade no caso de reembolso de capital e na distribuição de dividendos.

Em 15/10/2015, a 113ª Assembleia Geral Extraordinária homologou o aumento no Capital Social, aumento este proveniente de créditos do acionista majoritário, Governo Federal.

Em 08/02/2019, a 123ª Assembleia Geral Extraordinária aprovou a absorção dos prejuízos acumulados dos exercícios de 2015 a 2017, a qual reduziu o Capital Social da CDC em R$ 59.460 (mil).

b) RESERVA ESPECIAL

Em 2015, mediante aprovação do Conselho de Administração e Conselho Fiscal e, conforme ata da Assembleia Geral Extraordinária nº 112 de 25/06/2015, a Assembleia votou pela aprovação da proposta de constituição de Reserva Especial, no valor de R$ 975 (mil) decorrentes de dividendos não pagos, pertencentes aos exercícios de 2010 a 2012, com fulcro no que dispõe o artigo 202, §§ 4º e 5º da Lei nº 6.404/76. O saldo atualizado, até 30 de setembro de 2021, totalizou um montante de R$

1.539 (mil), após atualização monetária de aproximadamente R$ 19 (mil), durante o trimestre. Destaca-se que, do montante apresentado, R$ 1.535 (mil) é proveniente de dividendos da União. A atualização da Reserva Especial é feita pela taxa SELIC.

Fator Acumulado SELIC de 01/07/2015 a 30/09/2021: 1,59184750843348

Fator Acumulado SELIC de 01/01//2021 a 30/06/2021: 1,02499621888074 [1]

c) AJUSTES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

O estudo atuarial referente ao plano de benefício, definido PBP1, apontou um passivo líquido a ser reconhecido em 30 de setembro de 2021, de R$ 45.720 (mil). Conforme linha e.4 do quadro informado na **Nota Explicativa 18.b**, R$ 1.731 (mil), refere-se ao montante de contribuições do empregador para o plano, no 3º trimestre de 2021, o qual foi revertido para ajustes de exercícios anteriores. O saldo de Ajuste de Exercícios Anteriores totalizou R$ 3.725 (mil), visto que, está contemplando o valor de R$ 1.005 (mil) e R$ 988 (mil), referente ao 2º trimestre de 2021 e 1º trimestre de 2021, respectivamente.

d) AJUSTE DE AVALIAÇÃO PATRIMONIAL

O estudo atuarial referente ao plano de benefício definido PBP1 apontou um custo total de R$ 8.674 (mil) relativo ao compartilhamento de risco, o qual foi reconhecido em conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no grupo do Patrimônio Líquido, conforme linha c.14 do quadro informado na **Nota Explicativa 18.b)**.

e) PREJUÍZO DO 3º trimestre de 2021

A Companhia Docas do Ceará apresentou, no 3º trimestre de 2021, um prejuízo no montante de R$ 1.410 (mil) e no exercício de 2021, um prejuízo acumulado de R$ 8.381 (mil) resultado, principalmente, dos seguintes fatos:

[1] Fatores acumulados. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/selicfatoresacumulados. Acesso em: 20 out. 2021.

- Despesas, com variação monetária de Créditos para Futuro Aumento de Capital, de aproximadamente R$ 676 (mil), no trimestre analisado. **Vide Notas Explicativas 23 e 30.b);**

- Despesas de Depreciação e de Amortização, no montante de R$ 3.631 (mil) e R$ 51 (mil), no trimestre, bem como acumuladas em 2021, R$ 10.934 (mil) e R$ 187 (mil), respectivamente. **Vide Notas Explicativas 11 e 12**;

- Despesa Atuarial Portus com Assistidos e Ativos PORTUS, no montante de R$ 871 (mil), no trimestre e, acumulada em 2021, R$ 2.509 (mil); **Vide Notas Explicativas 18 b), 28 e 29;**

- Despesa com a Contribuição Extraordinária PORTUS, no montante de R$ 226 (mil), no trimestre e, acumulada em 2021, R$ 609 (mil); **Vide Nota Explicativa 29**;

- Atualização do TCF do PORTUS e Juros Pagos sobre as parcelas vencidas no 3º trimestre de 2021, no montante de R$ 653 (mil) e, acumulados em 2021, R$ 1.916 (mil). **Vide Nota Explicativa 30 b)**;

f) PREJUÍZOS ACUMULADOS

O saldo, em 30 de setembro de 2021, de LUCRO (PREJUÍZOS) ACUMULADOS, ver DMPL, é de R$ 81.050 (mil), conforme evidenciado a seguir e está demonstrado em R$ (mil):

Composição	Saldo R$ (mil)
Saldo Inicial de 2021	-76.394
Prejuízo do Exercício do 1º Trimestre de 2021	-2.863
Prejuízo do Exercício do 2º Trimestre de 2021	-4.107
Prejuízo do Exercício do 3º Trimestre de 2021	-1.410
Ajustes de Exercícios Anteriores	3.725
Total	**-81.050**

25. ATIVO/PASSIVO COMPENSADO

O Ativo/Passivo compensado refere-se à construção do Imobilizado CVT no qual a obra foi feita parte com recursos da Companhia Docas do Ceará e parte com recursos da União. O valor de R$ 1.237 (mil) refere-se à parte da construção do Imobilizado CVT com recursos da União. Dessa forma, a CDC está aguardando a definição da propriedade dos bens adquiridos.

26. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

As receitas operacionais da CDC são apresentadas na demonstração do resultado pelo valor deduzido dos impostos e cancelamentos de notas fiscais, conforme quadro abaixo:

	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	**16.796**	**15.428**	**8,87%**	**45.900**	**45.175**	**1,61%**
Utiliz. da Infra Est. de Proteção e Acesso Aquaviário	4.914	5.586	-12,03%	14.079	15.525	-9,32%
Utilização das Instalações de Acostagem	744	774	-3,93%	2.211	2.386	-7,31%
Utilização da Infra Estrutura Terrestre	6.796	7.366	-7,73%	19.030	20.310	-6,30%
Serviços de Armazenagem	1.963	192	919,97%	3.499	1.196	192,46%
Serviços Diversos	2.379	1.511	57,52%	7.080	5.757	22,99%
(-) Cancelamentos de Serviços	-1	-463	-99,70%	-234	-1.442	-83,75%
(-) Impostos Incidentes	-2.036	-1.806	12,74%	-5.284	-5.097	3,67%
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	**14.759**	**13.159**	**12,15%**	**40.381**	**38.635**	**4,52%**

No que se refere às receitas operacionais, a Receita Operacional Líquida apresentou um aumento de 12,15%, no 3º trimestre de 2021, sendo a variação mais significativa, em termos monetários, nas receitas de Serviços de Armazenagem, devido, principalmente, aos faturamentos para as empresas Votorantim (Escória Devolução e Coque de Petróleo) e Vila Espírito Santo (Armazenagem de pás eólicas).

27.CUSTOS

CUSTOS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Custos com Pessoal e Encargos Sociais	2.530	3.044	-16,89%	7.375	8.319	-11,35%
Serviços Prestados - Pessoa Física	0	0	0,00%	0	0	0,00%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	1.954	2.358	-17,11%	6.516	7.844	-16,93%
Materiais Gastos nas Operações	4	1	396,44%	7	4	83,01%
Custos Gerais	4.675	4.402	6,18%	14.868	13.540	9,81%
Total	**9.163**	**9.805**	**-6,55%**	**28.766**	**29.707**	**-3,17%**

No 3º trimestre de 2021, os Custos apresentaram uma redução de 6,55%, quando comparados aos do mesmo trimestre do exercício anterior, verificado, principalmente, em Serviços Prestados – Pessoa Jurídica. Em contrapartida os Custos Gerais apresentaram aumento de 6,18%, justificado pelo aumento verificado nos custos com Energia Elétrica.

28. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Despesas com Salários e Encargos	3.279	4.071	-19,46%	9.969	11.666	-14,55%
Serviços Prestados - Pessoa Física	102	96	6,39%	302	320	-5,76%
Serviços Prestados - Pessoa Jurídica	1.547	1.270	21,78%	5.246	3.485	50,52%
Despesas com Materiais	44	33	33,61%	166	127	30,85%
Despesas Gerais	1.436	1.529	-6,07%	4.047	4.025	0,54%
Total	**6.408**	**6.999**	**-8,45%**	**19.729**	**19.623**	**0,54%**

No 3º trimestre de 2021, as despesas gerais e administrativas apresentaram uma redução de 7,00%, verificada, principalmente, nas Despesas com Salários e Encargos. Em contrapartida, verificou-se um aumento de 21,78% nos Serviços Prestados – Pessoa Jurídica, quando comparados aos 3º trimestre do exercício anterior, verificado nas Despesas com Limpeza e Conservação e Despesa de Controle Ambiental.

Destaca-se que, foi registrado no 3º trimestre de 2021, em Despesas com Salários e Encargos, o montante de R$ 56 (mil), referente ao custo do período com empregados ativos do PORTUS, conforme E.2 do Relatório RN/CDC nº 004/2021, emitido pela empresa RODARTE. **Vide Nota Explicativa 18.b.**

29. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

As outras receitas operacionais, no 3º trimestre de 2021 apresentaram uma redução de 54,98%, quando comparadas com o mesmo trimestre do exercício anterior. Tal variação é justificada, principalmente, da inexistência de Créditos Fiscais Extemporâneos em 2021.

OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Receitas de Aluguéis e Arrendamentos	1.655	1.962	-15,68%	5.168	5.239	-1,36%
Recuperação de Valores Baixados Como Perdas Em	2	1	27,48%	2	55	-97,03%
Receitas Eventuais	54	10	438,10%	110	21	417,82%
Créditos Fiscais Extemporâneos	0	1.825	-100,00%	0	1.993	-100,00%
PROCESSO N.0822859-81.2019.4.05.8100	0	0	0,00%	707	0	100,00%
Total	**1.710**	**3.799**	**-54,98%**	**5.987**	**7.308**	**-18,08%**

As outras despesas operacionais, no 3º trimestre de 2021, sofreram uma redução de 27,78%, quando comparadas ao mesmo trimestre do exercício de 2020, justificado, principalmente, pela redução nas Despesas com Ações Judiciais.

Destaca-se que, foi registrado no 3º trimestre de 2021, em Despesa Atuarial – Custo Benefício- Parcela Assistidos, o montante de R$ 815 (mil), referente ao custo do período com empregados assistidos do

PORTUS, conforme E.2 do Relatório RN/CDC nº 004/2021, emitido pela empresa RODARTE. **Vide Nota Explicativa 18.b**

OUTRAS DESPESAS OPERACIONAIS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Despesas com Ações Judiciais (Trabalhistas e Cíveis)	20	481	-95,94%	93	620	-85,06%
Despesa Atuarial - Custo Benefício - Parcela Assistid	815	755	7,97%	2.352	755	211,39%
Contribuição Extraordinária PORTUS - Assistidos	226	233	-2,76%	609	233	161,89%
Total	**1.061**	**1.469**	**-27,78%**	**3.054**	**1.608**	**89,92%**

30. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

a) RECEITAS FINANCEIRAS

No 3º trimestre de 2021, verificou-se uma redução das receitas financeiras, em um percentual de 59,85% em relação ao mesmo trimestre do exercício anterior, sendo mais expressivo nas Variações Monetárias de Tributos a Recuperar.

RECEITAS FINANCEIRAS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Juros de Usuários	19	81	-75,86%	58	128	-55,08%
Rendimentos em Aplicações Financeiras	137	35	289,98%	228	178	28,44%
Juros Atualização Depósitos Judiciais	10	0	5150,67%	35	139	-74,49%
Variações Monetárias de Tributos a Recuperar	36	385	-90,78%	101	464	-78,21%
Rendimentos em Titulos Publicos	0	0	0,00%	6	0	100,00%
Descontos Obtidos	0	2	-99,48%	1	2	-78,29%
Total	**202**	**504**	**-59,85%**	**429**	**911**	**-52,96%**

b) DESPESAS FINANCEIRAS

Conforme demonstrado a seguir, no 3º trimestre de 2021, verificou-se um aumento nas despesas financeiras em um percentual de 47,19%, em comparação ao mesmo trimestre do exercício de 2020, sendo mais expressiva, o aumento em Despesas de Variações Monetárias, justificado pelas atualizações dos Aportes para Futuro Aumento de Capital (AFAC), que totalizaram, R$ 676 (mil).

Quanto ao Termo de Compromisso Financeiro PORTUS, os juros incorridos nas parcelas mensais pagas, bem como a atualização da dívida, totalizaram aproximadamente R$ 653 (mil).

DESPESAS FINANCEIRAS	3º trim 2021	3º trim 2020	VARIAÇÃO	Acumulado 2021	Acumulado 2020	VARIAÇÃO
Juros sobre atualização de débitos tributários	3	3	12,42%	6	23	-76,36%
Juros sobre atualização de demais obrigações contratuais	747	693	7,74%	2.203	863	155,24%
Juros/Multas Atraso Pagamentos	3	3	17,59%	6	3	124,59%
Despesas Bancárias diversas	4	3	18,41%	11	11	-2,07%
Despesas de Variações Monetárias	692	283	144,80%	1.403	1.261	11,22%
Total	**1.449**	**985**	**47,19%**	**3.629**	**2.162**	**67,86%**

31. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia mantém cobertura de seguro de responsabilidade civil, visando cobrir eventuais perdas.

32. DIVULGAÇÃO REQUERIDA PELO DECRETO Nº 95.524/87

Em conformidade com o disposto no Decreto nº 95.524, de 21 de dezembro de 1987 e legislação complementar, a maior e menor remuneração pagas aos empregados e dirigentes foram:

REMUNERAÇÃO	30/09/2021	31/12/2020
DIRETORES		
Maior Remuneração	25	25
Remuneração Média	24	24
Menor Remuneração	23	23
EMPREGADOS		
Maior Remuneração	20	18
Remuneração Média	8	8
Menor Remuneração	2	2

33. PARTES RELACIONADAS

A CDC possui política de transações com partes relacionadas, em conformidade com o art. 8º, inciso VII, da Lei nº 13.303, de 30 de junho de 2016 e com o art. 13, inciso VII, do Decreto nº 8.945, de 27 de dezembro de 2016. Referida política busca definir regras, no sentido de assegurar que, as decisões que envolvam partes relacionadas, bem como as situações com potencial conflito de interesses, respeitem a legislação e as partes envolvidas nas negociações, sempre priorizando os interesses da companhia, independente da contratante no negócio, aplicando condições estritamente comutativas, prezando pela transparência, equidade e interesse da companhia, observando as condições de mercado, especialmente no que diz respeito a prazos, preços e garantias.
Conforme CPC 05, transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.

Seguem as partes relacionadas com a CDC:

a) PETROBRAS – É cliente da CDC. Apesar de possuir o controle acionário comum (União), não possui privilégios em relação aos demais clientes, por ser parte relacionada, sendo respeitadas as condições de mercado, especialmente, no que diz respeito a preços, prazos e a transparência.

Demonstração dos valores faturados para a PETROBRAS, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

	30/09/2021
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	16.796
FATURAMENTO PETROBRAS	5.349
PARTIC. DA PETROBRAS NO FATURAMENTO DA CDC	31,85%

b) OGMO – É cliente da CDC, bem como também, fornece prestação de serviços à CDC, por meio de um contrato abrangente de valor, com características de *stakeholder* (grupo de interesse).

Demonstração dos valores faturados para o OGMO, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

	30/09/2021
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	16.796
FATURAMENTO OGMO	22
PARTIC. DO OGMO NO FATURAMENTO DA CDC	0,13%

Demonstração dos valores de serviços prestados pelo OGMO, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

	30/09/2021
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 27)**	1.954
SERVIÇOS PRESTADOS OGMO	715
PARTIC. DO OGMO	36,59%

c)Empresa Brasil de Comunicação (EBC) – Possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela viabilização das publicações legais da CDC, visando atender ao art. 37 caput da CF/1988, aos artigos 146 § 1º e artigo 289 da lei 6.404/76, bem como ao artigo 9º § 3º do Decreto 6.555/2008, tendo em vista a necessidade de publicação das atas da Assembleia Geral e do Conselho de Administração, em jornais de grande circulação.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela EBC, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

	30/09/2021
SERVIÇOS PRESTADOS PESSOA JURÍDICA **(Vide Nota 28)**	1.547
SERVIÇOS PRESTADOS PELA EBC	23
PARTIC. DA EBC	1,50%

d) Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT) – É uma empresa pública de capital fechado, que, possui controle acionário comum (União). É a empresa responsável pela realização de serviços postais da CDC. Conforme Estatuto Social, a ECT terá exclusividade na exploração dos serviços de que tratam os incisos I a III do caput do art. 9º da Lei nº 6.538, de 22 de junho de 1978, conforme inciso X do caput do art. 21 da Constituição.[2]

[2] Estatuto Social dos Correios. Disponível em: https://www.correios.com.br/acesso-a-informacao/institucional/legislacao/estatuto-dos-correios.Acesso em: 21 out. 2021.

Demonstração dos valores de serviços prestados pela ECT, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

	30/09/2021
DESPESAS GERAIS **(Vide Nota 28)**	1.436
SERVIÇOS PRESTADOS PELA ECT	0
PARTIC. DA ECT	0,00%

Obs.: Não houve lançamentos de despesas da ECT no 3º trimestre de 2021.

e) Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ) - é uma organização que integra a Administração Pública Federal indireta e atua no modal aquaviário. Foi criada pela Lei nº 10.233 de 2001 e está vinculada ao Ministério da Infraestrutura - Minfra. É uma autarquia em regime especial caracterizada pela independência administrativa, ausência de subordinação hierárquica, mandato fixo e estabilidade de seus dirigentes, além de autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira, estas últimas ressaltadas pela publicação da Lei nº 13.848 de 2019, também conhecida como Lei das Agências Reguladoras. Tem por finalidade implementar as políticas formuladas pelo Ministério da Infraestrutura, segundo os princípios e diretrizes estabelecidos na legislação. Foi criada para regular, supervisionar e fiscalizar as atividades relacionadas à prestação de serviços de transporte aquaviário e de exploração da infraestrutura aquaviária e portuária. Abrange os subsetores portuário, de navegação marítima e de apoio e de navegação interior.[3]

Demonstração dos valores faturados para a ANTAQ, no 3º trimestre de 2021, em milhares de reais.

[3] Agência Nacional de Transportes Aquaviários – ANTAQ. **Competências.** Brasília, 17 dez. 2020. Disponível em: https://www.gov.br/antaq/pt-br/acesso-a-informacao/institucional/copy_of_competencias. Acesso em: 21 out. 2021.

	30/09/2021
FATURAMENTO **(Vide Nota 26)**	16.796
FATURAMENTO ANTAQ	2
PARTIC. DA ANTAQ NO FATURAMENTO DA CDC	0,01%

NILANE SOUZA DE MENEZES:61632961334
Assinado de forma digital por NILANE SOUZA DE MENEZES:61632961334
Dados: 2022.01.26 11:48:19 -03'00'

Nilane Souza de Menezes
Contadora
CRC CE-16629/O-7
CPF: 616.329.613-34